

Dossiê

Povos indígenas e a luta pelos territórios ancestrais

Apresentação

Rafael Zilio

11

A crise ambiental e civilizatória em que nos encontramos enquanto espécie, na qual as alterações climáticas globais, os eventos extremos, a devastação ambiental, a imensa concentração da riqueza socialmente produzida pela humanidade nas mãos de um punhado de pessoas, corporações e Estados e a brutal desigualdade no acesso a uma vida digna são sintomas, rebate no crescente destaque do movimento indígena nas Américas ou em Abya Yala. Nessa “quebrada” do planeta, onde muitos mundos insistem em continuar r-existindo, temos acompanhado a emergência de chaves de interpretação, formas de resistência e caminhos que apontam para outras existências. A relação entre a sociedade humana e a natureza não humana alternativa ao (e mesmo incompatível com) o modelo civilizatório capitalista está no âmago do processo de luta dos povos originários, que é necessariamente uma luta coletiva por terra e território.

Na escala de Pindorama, ou Brasil, o povo da mercadoria (nas palavras de Davi Kopenawa) continua a expandir geograficamente o capital num contexto em que, inde-

pendentemente de conjuntura governamental, o Estado atua para assegurar tal expansão, ora acelerando violentamente os processos de expropriação, ora jogando uma cortina de fumaça para tentar apaziguar a tensão entre interesses inconciliáveis. Veja-se, por exemplo, o social-liberal terceiro governo de Luis Inácio Lula da Silva com a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e a indicação de uma mulher indígena para a presidência da FUNAI. No Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2024, o MPI conta com constrangedores R\$ 823,6 milhões, ou 0,03% das despesas primárias do Poder Executivo. Comparando com o ruralista Ministério da Agricultura e Pecuária, tem-se mais de 10 bilhões de reais previstos, ou exatos 0,4% das mesmas despesas primárias, 13 vezes a mais do que o MPI. Enquanto isso, no Supremo Tribunal Federal a controversa tese do Marco Temporal teve prosseguimento. Ainda que não aceita de maneira integral por ser tecnicamente inconstitucional, abriu-se caminho para o aumento do já difícil processo demarcatório pois a partir do voto do ministro Alexandre de Moraes previu-se que as benfeitorias construídas em terras indígenas, ainda que ilegalmente, fossem ressarcidas pela União quando desapropriadas para efeito de demarcação. Nota-se que diante do Estado racista e colonial todo e qualquer pequeno avanço na garantia de direitos esbarra na estrutura de poder que de fato comanda o aparelho estatal.

Só que a expansão geográfica e subjetiva do capital é acompanhada do aprofundamento da ideologia neoliberal, que naturaliza a égide da forma-mercadoria, financeirizando corpos humanos e não humanos, transmutando o lar dos encantados em porções de recursos investíveis em bolsas de valores – vide o mercado de créditos de carbono defendido como “alternativa” de “sustentabilidade” para a manutenção das vidas indígenas. Por muitos vistos como resíduos do “desenvolvimento” capitalista, os povos indígenas passam da supostamente inevitável incorporação à “sociedade nacional” para uma nova inevitabilidade: a incorporação à sociedade de mercado e à lógica do empreendedorismo. Assim, renova-se o vocabulário fácil e simpático da sustentabilidade com ideias como bioeconomia, que passam longe de tratar da ruptura metabólica do capital e da insuperável contradição entre capitalismo e manutenção da vida humana, prepa-

rando hoje, com certeza, a frustração de amanhã, para usar a correta expressão de Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006).

Por isso, **AMBIENTES** dá à luz ao **Dossiê Povos Indígenas e Território**, pois não é mais possível falarmos de alterações climáticas, eventos extremos, proteção de corpos hídricos e preservação da geobiodiversidade sem mencionar o fundamental papel que os povos originários desempenham. A Ecologia Política, desde sua constituição enquanto campo acadêmico-político, demonstra significativo diálogo de saberes entre os científico-acadêmicos e os ancestrais, notadamente aqueles oriundos das matrizes de racionalidade indígenas. A Geografia Ambiental, por sua vez, encontra no estudo (e nas propostas de ação advindas da pesquisa) dos povos indígenas e de seus territórios frutífera interface para a constituição de objetos híbridos. **AMBIENTES**, através do **Dossiê Povos Indígenas e Território**, convidou pesquisadores/as e ativistas para a reflexão sobre os povos originários através de seus territórios e ambientes, o sentido de ancestralidade territorial e a indissociabilidade sociedade-natureza, as diversas ameaças e ofensivas que os territórios indígenas vêm sofrendo por parte do Estado e dos agentes do capital, e as resistências (e proposições de existência) nos processos de luta. Chamamos para o debate a respeito de experiências em Pindorama/Brasil ou em outros espaços de Abya Yala/América, das potencialidades e limites de áreas protegidas como Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Terras Indígenas, de práticas espaciais indígenas como autodemarcações, retomadas, acampamentos e construção de redes transnacionais, das intersecções entre classe, raça e gênero (racismo ambiental, feminismos indígenas...), da cosmologia e dos encantados dando sentido e corpo à relação humana com a natureza não-humana, entre vários outros assuntos sobre povos indígenas e território. O resultado é este Volume 5, Número 2, com nove artigos dedicados ao tema.



O **Dossiê Povos Indígenas e Território** inicia com o texto “A geopolítica anticolonial na transescalaridade da luta indígena”, onde **Rafael Zilio** parte da crítica do entendimento estadocêntrico de geopolítica para analisar a política de escalas realizada pelo movimento indígena a partir do Brasil, considerando que os povos originários promovem uma geopolítica que é anticolonial e catalisada pela questão ambiental.

Em “Colonialismo climático e financeirização do carbono: Reflexões sobre o REDD+ e a autonomia socioterritorial dos povos indígenas na Amazônia”, **Fabio Márcio Alkmin** aborda a noção de colonialismo climático enquanto processo de subalternização de países, regiões e territórios sob a justificativa da emergência climática. O mecanismo de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) é analisado no contexto da mitigação climática neoliberal e considerado uma manobra que aprofunda a crise climática e a heteronomia nos territórios indígenas.

As relações de gênero nos territórios ancestrais são problematizadas no artigo de **Édila Bianca Monfardini Borges** intitulado “Por uma geografia feminista indígena: As relações de gênero, sexualidade e o caso das mulheres Kiriri na luta pelos/nos territórios”. A autora analisa a luta pela demarcação do território na aldeia Kiriri, oeste baiano, a partir do protagonismo feminino, destacando o avanço da lógica de gênero da modernidade colonial capitalista sobre o que ela denomina *mun-doaldeia* Kiriri e a contraposição do ecofeminismo indígena na gestão dos/nos territórios.

“O caráter político-espiritual do movimento de retomada Guarani e Kaiowá: O caso Nova Yvu Vera (Dourados/MS)” é o título do artigo de **Roberto Chaparro** e **João Edmilson Fabrini**, em que a dimensão espiritual é colocada como indissociável da dimensão política no processo de retomada dos territórios espoliados pela colonização do Mato Grosso do Sul. É notável o exame da retomada enquanto prática espacial que envolve não apenas humanos, mas também animais, plantas, solo e rios, que os Guarani e Kaiowá consideram entes essenciais na relação política pela recuperação de seus territórios.

Em “As características das práticas espaciais realizadas pela Associação Indígena Borari de Alter do Chão (PA): As ações sociais e ações culturais”, **Suzanny Cunha da Mota** foca

na dimensão espacial de uma das organizações indígenas Borari presentes na vila de Alter do Chão, município de Santarém. As relações entre as práticas espaciais da Associação e a luta por direitos territoriais é evidenciada no atravessamento da questão de gênero, uma vez que as Borari se constituem como matriarcado.

A parceria entre dois geógrafos indígenas e uma geógrafa não indígena é o ponto de partida de *“Novo tempo de retomadas e insurreições de jovens indígenas diante dos impactos socioambientais, da violência de Estado e do limbo ruralista em Mato Grosso do Sul”*. Nesse texto, **Germano Alziro Lima**, **Cerizi Francelino Fialho** e **Gislaine Carolina Monfort** refletem sobre os conflitos e violências resultantes das práticas políticas do Estado em diferentes conjunturas governamentais com a continuidade da ofensiva ruralista contra territórios indígenas, destacando o papel da juventude indígena em meio a essa “máquina de guerra”.

A compreensão de desenvolvimento para um povo originário em tensão com a concepção hegemônica capitalista é abordada em *“Autonomia e desenvolvimento: a ideia de ‘desenvolvimento’ dos Munduruku Planalto (Santarém-PA) em contraposição ao avanço do agronegócio”* por **Lucas Filipe Echer Araújo**. O desenvolvimento é problematizado enquanto o autor apresenta o contexto da Terra Indígena Munduruku Planalto ameaçada principalmente pelo avanço do agronegócio e, ao fim, oferece uma contraposição advinda do discurso e das práticas espaciais dos indígenas considerados “entraves” ao progresso econômico e à “modernização”.

No texto *“Políticas públicas em prol dos povos indígenas na Amazônia brasileira”*, **Rafael do Carmo** e **Karla Brumes** analisam a importância das políticas estatais direcionadas aos povos originários amazônidas. Os autores escrutinam as políticas indigenistas e os Planos Plurianuais do Estado brasileiro entre 2000 e 2019 para avaliar o fortalecimento cultural e territorial de comunidades indígenas com base no resgate dos dispositivos jurídicos que preveem tais políticas.

O último artigo intitula-se *“A negação dos povos indígenas no processo de formação histórico-territorial do Brasil: um passado colonial amarrado ao presente”*, contando com

a autoria de **Hugo Morais, Cláudio Castilho, Caio César e Nôeme Martins**. Nele, os autores examinam o processo histórico de apropriação capitalista do espaço brasileiro e como tal processo negou a existência dos povos originários. O texto demonstra a permanência da colonialidade na continuidade da negação ou marginalização de sua existência de seus direitos, contribuindo para a manutenção da precariedade das condições de vida dos povos indígenas na contemporaneidade.

Após os artigos, este número de **AMBIENTES** apresenta, também, uma resenha e um obituário. Apesar de não guardarem relação direta com o dossiê, a relação indireta é enorme: tanto no caso da resenha, que trata da possibilidade e necessidade de uma Ecologia Política decolonial, quanto do obituário, no qual se presta tributo a alguém que muito lutou pelos direitos dos “povos da floresta”, indígenas incluídos.

A resenha “*Enfrentar a tempestade ecológica saindo do porão da modernidade: Comentário sobre ‘Uma ecologia decolonial’, de Malcom Ferdinand (2022)*”. Nela, **Rafael Zilio** comenta a obra onde o escritor martinicano propõe interpretar a modernidade através da dupla fratura colonial e ambiental. A crítica de Ferdinand ao chamado Antropoceno é destacada e contraposta com as noções de Plantationoceno e Negroceno, colocando o habitar colonial como chave de interpretação do mundo moderno e demonstrando a inseparabilidade entre a exploração de corpos Negros e a exploração da Natureza.

Por fim, não poderíamos deixar de mencionar a partida do grande geógrafo e colega da Rede de Pesquisadores em Geografia (Socio)Ambiental, Carlos Walter Porto-Gonçalves. O **Obituário** que fecha esta edição da **AMBIENTES** em tom de homenagem foi redigido por Marcelo Lopes de Souza, e traz em seu título “*“Do espaço não dá para tirar o corpo fora’: O legado de Carlos Walter Porto-Gonçalves (1949-2023) para a Geografia Ambiental e a Ecologia Política*”. A lembrança soma-se a muitas outras homenagens que estão sendo prestadas pelo Brasil e em outros países por parte não só de pesquisadores, mas também (e principalmente) de movimentos sociais os mais diversos. Que o legado de

Carlos ilumine este **Dossiê Povos Indígenas e Território** e os/as protagonistas das lutas que aqui estão postas.

Santarém, dezembro de 2023.